

JOSÉ Joaquim Telles MARROCOS
(Um educador e humanista silenciado)

(Crato, 26 de novembro de 1842 - Juazeiro, 14 de agosto de 1910)

EDUARDO DIATAHY BEZERRA DE MENEZES*

Notas para Conferência Inaugural, proferida no quadro do
X CONGRESSO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ - Discursos,
Ritos e Práticas: A Educação Popular, Cívica, Mediática e Religiosa na Pers-
pectiva Comparada, de 25 a 28 de setembro de 2011 no Memorial Padre Cícero,
Auditório do Colégio Salesiano e Salão Paroquial - Juazeiro do Norte/Ceará.



José Joaquim Teles Marrocos

* Sócio efetivo do Instituto do Ceará.

Desde logo, quero agradecer a persistência carinhosa de minha cara amiga, Professora Juraci Maia, no convite para que eu fizesse neste Congresso sua Conferência Inaugural. Relutei muito em aceitá-lo, pois sabia que neste período de mudanças em minha existência pessoal não estaria em condições de produzir algo a contento. Por outro lado, devo confessar certas indisposições, também de ordem pessoal, provenientes dos dissabores padecidos no período inicial de meu magistério na Universidade Federal do Ceará, que me levaram a um distanciamento da área da Educação, e me fizeram assumir outras posições.

Na sua Programação, o Congresso trazia como título desta Conferência, salvo engano, um tema tão amplo que chega a me assustar: «DISCURSOS, RITOS E SÍMBOLOS DA EDUCAÇÃO POPULAR, CÍVICA E RELIGIOSA NAS LOCALIDADES E ESCOLAS». Isso lembra claramente uma síntese da temática do Congresso inteiro. Imagino que minha amiga Juraci tomou por bem sugerir esse tema por falta talvez de qualquer indicação de minha parte durante o período que antecedeu este momento de sua realização.

Depois, numa troca recente de bilhetes eletrônicos, ela explicitou melhor o que imaginava sugerir como tema de minha fala aqui, dizendo: «*A sugestão que lhe fiz foi você dar a sua visão sobre o 'fenômeno Juazeiro', como lugar de romarias e construção social, econômica, política, educacional, etc. Há muitas interpretações sobre o assunto, Você com certeza defende um ponto de vista pessoal.*» A sugestão era evidentemente sedutora e abria perspectivas para uma análise fecunda e crítica.

Todavia, gostaria de assinalar desde logo que o tema que me habitava interiormente, naquele momento, e que pretendia explorar, não numa Conferência, com tudo de solene que esse termo comporta, mas numa fala simples, seria questionar dentro do tempo disponível as razões pelas quais um educador e humanista, da relevância de **JOSÉ** Joaquim Telles **MARROCOS**, foi silenciado e, de certo modo, jogado na lata de lixo de nossa História, e justamente a História desse «fenômeno Juazeiro» contido na sugestão proposta pela Professora Juraci. Vou tentar, pois, conciliar ou fusionar as duas perspectivas aqui propostas. Passo, então, à minha reflexão.

Para propor certo recuo histórico, que irá constituir o quadro dentro do qual José Marrocos construiu seu percurso original e exerceu sua ação, dessa espécie de missionário leigo que ele foi, gostaria de iniciar assinalando alguns tópicos que caracterizam **aquilo que era tido por Brasil** até a segunda metade do século XIX.

De um modo não propriamente arbitrário, escolheria para iniciar esse perfil, evocando um caso singular e mui significativo que percebo no exemplo de Henry Koster. Este cidadão inglês, nascido em Portugal, que viveu algum tempo em Pernambuco, no final da primeira década do século XIX, em busca de cura para sua tuberculose, em outubro de 1810 – no Brasil sede da monarquia portuguesa – inicia suas jornadas pela região até empreender uma viagem meio louca em demanda do Maranhão, por cento e cinquenta e seis léguas e meia, a cavalo, em tempo de seca, atravessando agreste, praia, caatinga, tabuleiro e sertão, até Fortaleza, onde repousa e só retorna em 1811; viajou anotando tudo, seres humanos, raças, paisagens, animais bravios, plantas, natureza dos terrenos, trabalhos agrícolas, produtos, pecuária, crianças, almas-do-outro-mundo, costumes, indumentária, alimentos, festas e folguedos etc.; chega de volta à Inglaterra em maio de 1811, mas o frio e o inverno o expulsam de lá e o fazem retornar ao Recife em dezembro do mesmo ano, em cujos arredores passa a viver até inícios de 1815, quando se dá seu retorno definitivo a Londres; ele não pretendia escrever livro nem nada semelhante, mas estimulado por suas relações, mergulha na imensa biblioteca “brasileira” de Southey, de que resulta o esplêndido e minucioso relato de suas alegrias e desventuras, publicado em livro: *Travels in Brazil*, London, 1816. O fato singular que sublinhei acima reside em que esta obra só veio a ser publicada entre nós em 1942, traduzida e recheada de notas eruditas por Câmara Cascudo, sob o título de *Viagens ao Nordeste do Brasil* (Coleção Brasileira, São Paulo: C. E. N.). A despeito dessa bela edição preparada por esse mestre etnógrafo e bom historiador, é de estranhar-se o anacronismo grave cometido por ele ao alterar o título original dessa obra capital, quando a área percorrida por Koster em suas viagens constituía ponto primordial do que era conhecido então como **Brasil** e não um suposto “Nordeste”: esse conceito não existia àquela época a não ser como mero ponto colateral, pois tal ‘região’ só vai ser inventada pela inteligência brasileira entre os anos 20 e 30 do século passado. Portanto, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte,

Paraíba, e de Pernambuco e Bahia constituíam legitimamente áreas das mais importantes de nosso país.

Como tipo nacional, por outro lado, **brasileiro** foi durante bastante tempo o habitante dessa parte a nordeste do território nacional, entre Bahia e Piauí, que compunha com as outras capitanias o *Estado do Brasil* (excluído o *Estado do Maranhão e Grão Pará*). **Assim, brasileiro foi inicialmente mais ou menos o que chamam hoje de nordestino, esse termo desprimoroso de invenção historicamente recente e suspeita!**

A fim de complementar esse quadro histórico, chamarei a atenção sumariamente para algumas mutações do período: segunda metade do século XIX.

Desde fins do século XVIII, esse processo que teve remoto início com a descoberta das minas de ouro, e em seguida com a passagem da sede do Vice-Reino de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), no período pombalino; depois, com a vinda da Corte Portuguesa ao escolher esta cidade como capital do Reino, assim como com a Independência política e demais modificações sociais, políticas e culturais, foram surgindo então as forças que induziram esta área do país a se tornar o polo motor de suas principais estruturas.

Mas é o ano de 1870, com o fim da Guerra do Paraguai – que fora o “*divisor de águas*”, como lhe chamou Joaquim Nabuco, e de profundas transformações socioeconômicas – marca um grande ponto de inflexão em nossa trajetória nacional. A despeito de alguns aspectos de grandeza, manifesta-se cada vez mais o artificialismo do regime de império parlamentar. O juridicismo dominante já não dava conta da gestão de nossos problemas mais graves. As dificuldades básicas como a escravidão e a abolição, nosso regime de trabalho, de povoamento e imigração, a inconsistência da riqueza nacional, a consciência da crise e de nosso atraso cultural e científico, tudo entrava em ebulição, de que a *questão militar* e a *questão religiosa* são meros sintomas. Assim como a revolta do Quebra-Quilos na área do semiárido.

O prelúdio da luta republicana a partir de 1870 revela que a questão básica não era propriamente de regime político: ficava cada vez mais evidente que os problemas se deslocavam de sua dimensão política para a econômica e técnica. Esse ano de 1870 marca também

o início de um fenômeno novo em nossa formação sócio-histórica: inicia-se a primazia crescente de São Paulo e o processo de montagem de sua hegemonia sobre o resto do País, o que resultaria em novo perfil de nosso arranjo nacional. Pernambuco, Bahia, Minas e Rio tinham sido até então o centro dinâmico do País. Pernambuco e Bahia, sobretudo nos primeiros séculos coloniais, mas ainda sustentando suas riquezas de açúcar, tabaco, algodão e outras até meados do século XIX. Minas representou um deslocamento transitório no século XVIII pelo bandeirismo e as riquezas minerais. Enquanto o Rio de Janeiro respondera, mais no século XIX, por nossa formação política e cultural. Nesse sentido, algumas estatísticas são bem representativas desse processo histórico: de 1821 a 1860, o percentual do café no volume de nossas exportações é de 42,8%; de 1861 a 1889, é de 53,8%; de 1889 a 1921, é de 55,5%; ao passo que, nos mesmos períodos, os percentuais do açúcar caem de 24,3% a 3,4%, o mesmo ocorrendo com relação ao algodão, à borracha etc.¹

Há, porém, um fato que merece destaque. Com a amplitude internacional das comunicações e meios de difusão, um fenômeno, que sempre acompanhou a existência de nosso extenso mediterrâneo semi-árido e que dormitava meio esquecido nos sertões remotos dessa área, passou a ter uma visibilidade e ser expresso numa dizibilidade nunca antes conhecida, associado agora aos processos de transformação política e socioeconômica mencionados acima. Refiro-me ao fenômeno das **secas periódicas** e suas terríveis sequelas, de que essa área territorial padeceu ciclos intensos na época em apreço, ou seja: de 1844 a 1919 deram-se nove ocorrências graves desse fenômeno.

Justamente nessa época é quando se inicia a destruidora seca de 1877-1879 em cinco províncias da área e que no Ceará durou até o ano de 1880 inclusive. Tendo-a estudado demoradamente, afirma Rodolpho Theophilo – testemunha ocular de suas cenas dantescas e por ele descritas em páginas dolorosamente belas, em várias de suas obras – que o obituário de Fortaleza no período elevou-se a 65.163 pessoas. Fortaleza possuía então por volta de 25 mil almas, que foram acrescidas subita-

¹ Cf. T. de Souza LOBO: *São Paulo na Federação*. Rio, 1923, pp. 211-212, apud Tristão de Athayde: «Política e Letras», in CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À Margem da História da República*, t. II. Brasília: Editora da UnB, 1981, p. 55, n. 63.

mente de cerca de 110 mil migrantes da seca. E parte dos que escaparam ao flagelo foi transplantada para outras áreas do Brasil, iniciando-se então a migração para a Amazônia. Herbert Smith, jornalista inglês que percorria o Brasil àquela época, testemunhou pessoalmente essa seca e afirmou com algum exagero que “durante 1877 e 1878, a mortalidade no Ceará foi provavelmente perto de 500 mil, ou mais da metade da população.”² Talvez, o dado mais preciso sobre essa catástrofe seja o fornecido pelo Barão de Studart, historiador seguro e sério, sobretudo por suas bases documentais; ele afirma que o Ceará teve então 180.000 mortos,³ cerca de um quarto de sua população. E a base de sua economia pecuária, juntamente com o algodão, foi praticamente destruída.

* * *

Foi nesta quadra de transformações, sobretudo negativas e até destruidoras, que uma plêiade de homens inteligentes, e cuja fê exigia deles uma intervenção criativa na realidade, converge para o Cariri e se harmoniza numa prática civilizatória cujos desdobramentos levarão à invenção do Juazeiro, nas décadas seguintes. Eram eles: o missionário Padre Mestre **Ibiapina**, Padre Ignácio de Sousa **Rolim**, José Joaquim Telles **Marrocos**, Padre **Cícero** Romão Batista e, menos evidente, Antônio Vicente Mendes Maciel, futuro **Conselheiro**. Que estranho vínculo uniu essas criaturas e os impulsionou a novas direções? Se excetuarmos a figura imensa e matricial de Ibiapina, decerto o mais ativo de todos nessa perspectiva foi José Marrocos.

José Joaquim Teles Marrocos, como toda personalidade que se destaca por sua ação corajosa e transformadora, costuma desencadear a seu respeito reações contraditórias, que tendem a se dividir cumulativamente entre louvadores e detratores. Com ele, a história não foi diferente: a chusma dos que pertencem à segunda categoria – sobretudo por seus escritos passionais e impiedosos – é bem maior do que o grupo dos que reconhecem seus méritos.

Recorro de início ao depoimento empenhado de Geová Sobreira, em carta pessoal para mim, no decorrer de um diálogo, que vimos man-

² Cf. *Brazil: The Amazons and Coast*. New York: Charles Scriber's Sons, 1879, p. 416.

³ Cf. sua *Geographia do Ceará*. Fortaleza: Typographia Minerva, 1924, p. 256.

tendo há algumas dezenas de anos, e no qual acrescentei pequenas observações a partir de outras fontes [Para estas, ver BIBLIOGRAFIA no final].

De fato, no que tange ao José Marrocos, ele confirma que pouca coisa foi escrita sobre ele. “A elite culta do Ceará e a hierarquia católica juntaram todas as forças a fim de varrê-lo para baixo do tapete”. Há ligeiras referências nos livros da História de Juazeiro e um pouco mais no Padre Antonio Gomes, *Apostolado do Embuste* [*contra*] e no Padre Azarias Sobreira, *Em Defesa de Um Abolicionista* [*a favor*]. Meteram José Marrocos na História como “embusteiro”. No entanto, José Marrocos principia sua vida civil – após não ser aceito ao sacerdócio pelo Seminário Episcopal de Fortaleza (leia-se: Dom Luís) [*Antônio dos Santos, primeiro Bispo do Ceará e seu fundador*], por ser filho do Padre João Marrocos [*e o avô deste, seu bisavô, Alexandre Leite de Oliveira, era “jesuíta egresso”*], embora não tenha sido dispensado das ordens menores, o diaconato –, no Crato, implantando o primeiro movimento religioso popular ou, antes, plantando as sementes do que viria a ser o Juazeiro. José Marrocos, Padre Mestre Ibiapina, Padre Ignácio de Sousa Rolim [*que veio de Cajazeiras, na Paraíba*] e de quebra Antonio Vicente Mendes Maciel. Construíram as Casas de Caridade de [*Porteiras*], Missão Velha, Barbalha, Milagres e Crato. Fundaram escolas, inclusive com internato. Criaram uma escola de música e uma banda. Fundaram o jornal *A Voz da Religião no Cariri*, com prelo próprio e funcionando, anexo, uma escola para tipógrafos. O jornal *A Voz da Religião no Cariri* era de fato a voz oficial orientadora de todas as 26 Casas de Caridade [*espalhadas em cinco províncias da região: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco*]. José Marrocos, em setembro de 1869, num longo artigo publicado no referido jornal, desfralda a bandeira abolicionista afirmando que “anúncios pagos” relacionados com captura de escravos não seriam aceitos pelo jornal e desenvolve a tese interessante de que a teologia católica não pode aceitar o sistema de escravatura, pois todos os homens foram criados como imagem e semelhança de Deus e que a Redenção abrangia todos os homens. E isso incomodou em demasia o clero nacional.

Assim, enquanto esse quarteto inovador desenvolvia amplo trabalho pedagógico, social e religioso, a matriz do Crato (hoje, Catedral da Diocese do Crato) estava desmoronando, sem calçada e parte do teto já comprometido por cupins. O Bispo do Ceará, Dom Luís An-

tônio dos Santos, veio ao Cariri, expulsou da área José Marrocos, o Padre Mestre Ibiapina, Padre Ignácio de Sousa Rolim e Antonio Vicente Mendes Maciel, além de confiscar todos os bens [*que davam suporte a essa ação de alcance coletivo*]: Colégios, Casas de Caridade, o jornal *A Voz da Religião no Cariri*, a tipografia, o prelo de imprensa e todas as fazendas e sítios que compunha seu patrimônio. Até mesmo um pequeno assentamento popular, no sítio Pimenta, foi destruído. O Pimenta é hoje o bairro na área chique do Crato e grande patrimônio imobiliário de sua Diocese.

De 1874 a 1880, José Marrocos trabalhou na imprensa do Rio e fez parte, junto a Carlos de Laet, José do Patrocínio, e mesmo a Joaquim Nabuco, do grande movimento abolicionista brasileiro. Em 1880, retornou ao Ceará e fundou, com Antônio Bezerra e Antônio Martins, o jornal *Libertador*, cuja circulação foi até 1890. Com escravos, ele erigiu a igreja de São Benedito, construída em período noturno, pois toda a mão de obra aí era de cativos. Hoje a igreja de São Benedito é um belo monumento eclesiástico no centro de Fortaleza. O *Libertador* incomodou a tal ponto o Governo da Província e sua elite que forçaram as gráficas e tipografias a não imprimirem o jornal e assim ficou um ano sem funcionar. Enquanto isso, José Marrocos passou um ano todo a economizar suas pequenas rendas para comprar um prelo no Recife e, instalando-o, o jornal volta a funcionar até 1890, pois com a Abolição da Escravidão o jornal não tinha mais razão de existir.

José Marrocos frequentou, quando morava no Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura e, ao retornar ao Ceará, criou, em 1881, o **Gabinete de Leitura**, com uma pequena biblioteca onde à noite funcionava curso de alfabetização de adultos, sendo um dos professores mais assíduos Clóvis Beviláqua, seu antigo companheiro de seminário e, como ele, não aceito ao sacerdócio por D. Luís por ser filho de padre.

Em 1889, com a Abolição, encerra suas atividades no jornal *Libertador* e retorna ao Cariri onde funda o **Colégio Venerável Ibiapina**, o jornal *Centema* e cria Gabinetes de Leitura em Barbalha e no Crato. Ele foi um destemido defensor da “possibilidade de haver Milagre em Joaseiro”, auxiliou o Padre Cícero, seu primo em terceiro grau, na renhida luta contra a hierarquia católica. Acompanhou o Padre Cícero na viagem a Roma. Publicou na imprensa 19 trabalhos intitulados “Cartas

de José de Arimatéia”, dirigida ao segundo Bispo do Ceará, Dom Joaquim José Vieira, mostrando os equívocos grosseiros cometidos pela Diocese do Ceará na “Questão de Juazeiro”.

Em 1905, funda o **Colégio Pedagógico** em Juazeiro, com educação matutina para as meninas, vespertina para meninos, com aulas de português, latim, francês e alemão e, à noite, para alfabetização de adultos. Criou junto ao Colégio Pedagógico, o curso de teoria musical e fundou uma banda de música. Em suma, José Marrocos foi o grande arquiteto da Insurreição de Juazeiro que, com seu **Pacto dos Coronéis**, conquista a autonomia como vila em relação ao Crato. José Marrocos foi, talvez, o primeiro intelectual orgânico da história do Ceará e lhe é uma grande injustiça querê-lo reduzir à condição de “embusteiro” [*acusação recorrente que faz o Padre Antonio Gomes de Araújo em seu libelo passional, citado acima, a ponto de ser perverso e maldoso*].

Tentarei a seguir complementar com outras fontes e depoimentos essas notas que retirei da síntese de memória na carta de Geová Sobreira, que por isso mesmo contém alguns dados e datas sujeitos à dúvida se confrontados com outros informes. Aliás, uma das dificuldades sérias ao tratar de José Marrocos reside na quase impossibilidade de construir uma cronologia segura de seu percurso existencial e sociocultural, em virtude de um lado de sua própria errância e, de outro, da variedade de tempos e ações significativas de sua militância e de suas lutas por justiça e grandeza ética do povo e da nação. Nesse sentido, pois, buscarei dar alguma coerência ou consistência aos depoimentos que for colhendo de fonte vária, enfatizando, porém, mais especialmente, seu desempenho como educador.

* * *

José Joaquim Telles Marrocos – ex-seminarista, jornalista, abolicionista, poliglota, fundador de jornais e escolas, educador e humanista culto – nasceu aos 26 de novembro de 1842, na real vila do Crato, província do Ceará. Dois anos antes, portanto, de Cícero Romão Batista (24.03.1844), seu primo em terceiro grau, de quem será leal companheiro por toda vida. Filho natural do Padre João Marrocos Teles e de Maria da Conceição, condição que decerto representou seu primeiro desafio, mas que, conforme assinala F. S. Nascimento, se daí algo resritivo de natureza social lhe houver ocorrido, ele próprio “teria feito do

silêncio a sua estratégia defensiva, terminando por sobrepor-se às insinuações assacadas pelos seus maldizentes contemporâneos”. [2000: 13].

O garoto da rua atualmente Doutor Limaverde teve uma convivência paterna estimulante, o que lhe rendeu sólida formação de base com as aulas do professor Rufino de Alcântara Montezuma e de seu pai, que era mestre de latim nos educandários do Crato, tendo sido pró-pároco aí e vigário em Missão Velha. Afeiçoado desde a infância ao primo Cícero eram colegas de bancos escolares, mantiveram essa camaradagem na sua busca de mais largos horizontes ao se deslocarem para o célebre colégio do Padre Ignácio de Sousa Rolim⁴, em Cajazeiras, na Paraíba, mas estiveram separados no ano de 1862, em que o aluno Cícero regressou ao lar por morte de seu pai, que foi acompanhado ao túmulo pelo genitor de José Marrocos, vítimas do cólera-morbus. Terminada sua formação secundária, matricularam-se ambos no Seminário de Fortaleza – Cícero no ano de 1865, gratuitamente, por influência de Antonio Luís Alves Pequeno (pai) seu padrinho de Crisma e chefe político poderoso do Crato.

A despeito de ter chegado ao diaconato, José Marrocos foi impedido de ordenar-se sacerdote: por ser filho de padre, “trazia essa falha moral desde o nascimento”, segundo a concepção dos gestores do seminário. Dom Luís Antonio dos Santos tivera sua formação com os lazaristas do Seminário de Mariana (MG) e era filho do processo de romanização a que fora submetida a Igreja no Brasil, tendo assim encontrado no rigoroso lazarista francês, Padre Pedro Augusto Chevalier, o tipo talhado para Reitor do seminário, que fundara (19.12.1864) com sua vinda para o Ceará, como seu primeiro Bispo. O fato de seu desligamento abalou fortemente a vocação do jovem Marrocos, que chegou a escrever duas cartas a Dom Luís, fazendo um apelo pungente para que intercedesse por sua permanência: “*V. Excel., que se aproxima cada vez mais da Divindade, se digne por um rasgo de misericórdia atender be-*

⁴ Bem mereceria aqui destacar o Padre Ignácio de Sousa Rolim (1800-1899) de Cajazeiras (PB), essa imensa figura de mestre e humanista, que espargiu seu saber e dedicação por toda a região em apreço. Mas para não me desviar da personagem central deste ensaio, mencionarei tão-só o depoimento do historiador Celso MARIZ: *«Inteiramente sem posse e sem idéia de aparecer; ele era um cultor seguro da ciência de seu tempo., um clássico íntegro com a posse das línguas e da história de sua grande formação intelectual... Convenhamos que a humanidade deveria ser muito mais incompleta e errada sem a existência de santos e heróis dessa espécie, que nada querem do mundo e tanto deixam de si para o aperfeiçoamento das gerações»*[apud DUARTE: 2010].

nignamente a súplica de quem na sinceridade da contrição promete uma conduta em tudo oposta àquela que poderia arredá-lo do seminário". Todavia, Dom Luís manteve firme a decisão do Reitor.

Em face desse acontecimento infausto, desde os motivos "oficiais" nos assentamento do Seminário, mas, sobretudo, ao longo do tempo e de suas lutas, alguns detratores atribuíram a Marrocos suspeição sobre suas concepções religiosas e sua ortodoxia. Contudo, desde seus textos iniciais percebe-se a beleza de seu estilo e o rigor da argumentação, estribados em reflexão densa que tem como suporte seus amplos estudos históricos e teológicos, tudo isso expresso numa fé profunda e atitudes de serena liberdade. Trago à comprovação alguns depoimentos verdadeiros sobre sua figura de asceta sem afetação ou qualquer grão de fanatismo, homem do monólogo interior na meditação de sua fé. Seu ex-aluno, o historiador Irineu Pinheiro dá seu testemunho: "*Em virtude de sua convivência no Seminário, por suas tendências íntimas principalmente, o Professor Marrocos rezava muito em sua casa, no Crato, num oratório ali construído, ou na capelinha de S. Vicente Ferrer, fronteira ao sobrado de sua residência, só ou acompanhado de seus alunos. Todas as semanas, ia com estes, até o cemitério dos coléricos, distante do centro da cidade cerca de mil e quinhentos metros, e ali, ao pé da sepultura de seu pai, oravam pelos que tinham morrido da peste asiática nas epidemias de 1862 e 64. No mês de novembro era diária a visita ao cemitério e lá rezavam o exercício das almas e cantavam ladainhas tiradas, na era de [18]90 se me não engano, por um dos discípulos, Carolino Sucupira, que ainda hoje vive em Fortaleza.*" [1963: 129-130].

Ajunto a este só mais um testemunho do espírito generoso e fecundo de Marrocos. Com efeito, no período em que este se desloca para Juazeiro, na efervescência da luta por sua emancipação, o jornal *O Rebate*, dirigido pelo Padre Alencar Peixoto, em sua edição de 27 de fevereiro de 1910, página 3, reproduz esta carta, grandemente expressiva, enviada a ele pelo monge beneditino, Dom Joaquim Grangeiro de Luna:

Rio, 15 de janeiro de 1910.

*Meu bom amigo, Sr. Marrocos,
Com grande júbilo participo-lhe que afinal chegou o grande e almejado dia de minha ordenação sacerdotal.*

No dia 4 deste mês, o Exmo. e Revmo. Sr. Dom Arquibade Bispo me ordenou, no dia 6, festa de reis, subi pela primeira vez os degraus do altar para cantar a primeira missa. Que felicidade a minha, ser hoje sacerdote, ministro de Cristo!

Agradeço primeiro a Deus, depois ao meu bom amigo que foi meu guia e bom anjo que me conduziu ao mosteiro: na primeira missa, fiz um momento particular para o meu caro Sr. Marrocos.

Quando eu era pequeno, desejava ardentemente ser Padre; neste intento rezei muito a Nossa Senhora; crescendo, porém, julgava quase impossível.

Mas minha boa mãe ouviu-me e serviu-se de meu bom amigo como instrumento de sua misericórdia: hoje vejo, pois, realizado o meu desejo.

Mais uma vez obrigado, Sr. Marrocos. Aceite um saudoso abraço de quem se preza ser

Seu amigo,

Seu criado,

Frei Joaquim Grangeiro de Luna, OSB.

Retomo o ponto em que Marrocos fora excluído do Seminário. Era o ano de 1868, nessa ocasião ele retorna ao Crato, quando a 1^o de novembro por iniciativa do reconhecido mestre Padre Ignácio de Sousa Rolim é inaugurado o Internato do Coração de Maria, havendo, portanto, o encontro com seu antigo professor de Cajazeiras ao mesmo tempo em que se aproxima também, num conhecimento efetivo, da obra missionária do Padre José Antonio Maria Ibiapina, em toda a região sul da província. Este funda o jornal *A Voz da Religião no Cariri*, que será produzido na gráfica do Internato e terá como redator o próprio Marrocos. No seu discurso inaugural (publicado no n^o. I do referido jornal, 1868, p. 4), o Padre Rolim aí anuncia seus princípios e seu propósito, de que destaque este trecho:

“Presidir a instrução e educação da mocidade é um dos empregos mais importantes do país, é um dos mais relevantes serviços que se pode prestar à humanidade.

(...)

*Quanto a mim confesso que já me reconheço cansado e incapaz de representar o importante e prestimoso papel de educador da mocidade e me achando vacilante à frente da empresa, eis que felizmente se oferece o sr. José Joaquim Telles Marrocos disposto para suportar a onerosa tarefa de dirigir o Colégio Cratense ou Internato Coração de Maria. Eu, julgando-me autorizado pela Inspeção Geral da Instrução Provincial, o constituo em meu lugar para que, debaixo das ordens do ilm^o. sr. Diretor-Geral, satisfaça quando lhe for possível a minha vez, enchendo em tudo o emprego de vice-diretor sob os conselhos e auspícios do sr. Dr. Pe. José Antonio de Maria Ibiapina”. [Discurso Proferido pelo Padre Mestre Ignacio de Sousa Rolim no Acto Solemne de Inauguração do Internato do Coração de Maria, *A Voz da Religião no Cariri*, Anno I, N. 1, Terça-feira, 8 de dezembro de 1868. Crato: Typ. do Internato – Largo da Matriz. Este periódico trazia como lema: *Ite et Docete Omnes Gentes*].*

Compunha-se assim a plêiade de homens inteligentes e empenhados no processo civilizatório da região, bem como nas amplas experiências suscitadas pela ação de Ibiapina nas formas de organização do povo para o encaminhamento de soluções de seus problemas básicos. No início dos anos 1870 a eles veio se juntar o jovem Padre Cícero Romão Batista, que em 11 de abril de 1872 vai para o Juazeiro como capelão.

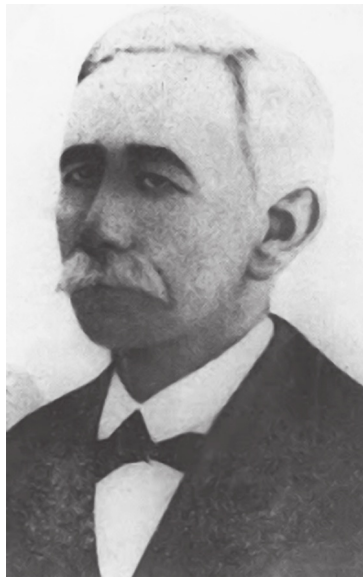
Entretanto, não se sabe uma data precisa de até quando José Marrocos permaneceu no Cariri nesse período. O que há como certo é um documento tocante do Padre Ibiapina, de 16 de setembro de 1872, dirigido aos irmãos, beatos e irmãs das Casas de Caridade do Cariri Novo (Missão Velha, Crato, Barbalha e Milagres), avisando ter entregado ao Bispo do Ceará, Dom Luís Antonio dos Santos, a direção das referidas casas e concluiu com estas palavras: “*Beijo este papel e nele fecho meu coração para ser visto nestas poucas palavras pelo bom povo do Cariri Novo. Padre Ibiapina, Cravatá, 16.09.1872*” [Apud Irineu Pinheiro, 1963: 156-7]. Pode-se inferir desse contexto a razão por que, provavelmente em 1875, José Marrocos partiu para o Rio de Janeiro, aí perma-

necendo até 1880, a fim de participar da campanha abolicionista ao lado de José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e outros, onde se destaca como bom jornalista. É sem fundamento a leviana afirmação, que passou a ser repetida em várias fontes, segundo a qual ele teria fundado, juntamente com José do Patrocínio e Carlos de Laet, a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro: na verdade, esse periódico foi criado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes e circulou a partir de agosto de 1875 até 1942; inovador em seu tempo, abriu espaço para a literatura (seus célebres folhetins) e ao debate de grandes temas nacionais; antimonarquista e abolicionista, foi em suas páginas que José do Patrocínio estreou no jornalismo em 1877 e inicia sua campanha abolicionista em 1879, com o pseudônimo de *Prudhome*; de suas páginas também foram colaboradores Machado de Assis, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, dentre outros. De fato, José do Patrocínio comprou com o sogro a *Gazeta da Tarde*, em 1881, em cujas páginas vai se tornar figura de proa da Confederação Abolicionista no Rio de Janeiro (1883); e mais tarde fundou o jornal *Cidade do Rio* (1887) onde intensificou a campanha pela Abolição.

Em 1880, José Marrocos estava de volta ao Ceará, onde, em Fortaleza, se associa aos abolicionistas locais em destacada posição: não só fez parte da Sociedade Cearense Libertadora, como ainda, juntamente com Antonio Bezerra e Antonio Martins, fundou o jornal *Libertador* (1881), de que se tornou um dos principais redatores. É nessa época que, dentre múltiplas ações, exerce o magistério em especial no Liceu do Ceará. Obtida a Abolição no Ceará, José Marrocos se retira de cena; eis como F. S. Nascimento registra esse fato e lhe acrescenta uma nota do historiador Raimundo Girão em sua defesa: “A coragem cívica e moral desse homem extraordinário, jamais rendido pela ambição ou pelo desejo de conquistas materiais, era assim dimensionada por seu defensor” [2000: 25] –:

“Uma vez triunfante a campanha abolicionista, que fez Marrocos? Longe de usufruir as vantagens a que tinha direito pelos serviços prestados à coletividade, longe de colher o fruto de suas nobres reivindicações, o que fez foi entregar os louros aos colegas da jornada e rumar para sua terra-berço, a fim de nela consumir toda

sua longa existência no ofício hipermeritório de preceptor da mocidade”. [GIRÃO, R. *A Abolição no Ceará*. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1956, p. 159].



Professor **JOSÉ MARROCOS** na maturidade

Quero aproveitar a transição existencial de José Marrocos no seu percurso de retorno do Rio de Janeiro para Fortaleza para sublinhar um fato relevante. Nesse trânsito, se dá um acontecimento intensamente luminoso e revelador de seu caráter como ser humano generoso e solidário. Sobretudo se contrastarmos essa ocorrência com uma página abertamente impiedosa e preconceituosa do Padre Antonio Gomes de Araújo, em seu opúsculo de recorrente malquerença vesga contra José Marrocos, quando formula uma descrição torpe de um suposto *psiquismo de “cabra”* estribado na origem racial da genitora de sua vítima [1956, p. 52]. Ora, o espantoso é que esse seu ensaio maldoso e inconsistente foi publicado já na segunda metade do século XX (*O Apostolado do Embuste*), quando desde o início desse século, há muito que a ciência havia criticado agudamente e abandonado a noção de *raça*, com as contribuições da antropologia desde Franz Boas a apontar para a es-

truturação dinâmica da personalidade em seu condicionamento histórico e cultural; e Darwin, ainda no século XIX, realizara estudos sobre a modelagem cultural de nossas emoções e sentimentos etc. Mas passemos à ocorrência referida, que colho de um testemunho do jornalista Vicente Roque reproduzido pelo Padre Azarias Sobreira em sua defesa de José Marrocos:

“Encontrava-me eu no Rio, quando se festejou no Crato, onde vim ao planeta, o centenário do emérito professor José Joaquim Telles Marrocos. Levarei também a minha parca contribuição a quem na vida só praticou o Bem e a Caridade, no silêncio de uma consciência tranqüila.

*Neste particular, passo a referir episódio autêntico, ocorrido entre o nosso preceptor e um conterrâneo boêmio. Regressava Marrocos da antiga Corte quando, ao desembarcar na Bahia, de acordo com a escala do navio, deparou-se-lhe José Severino que conheci na minha longínqua infância, liso da **gaita**, ao léu da sorte, em extrema penúria.*

– José Marrocos, quero voltar ao Ceará: dê-me uma passagem para minha terra.

– Como, homem de Deus? Eu também nada tenho.

– Pois, nesse caso, ajuntou o pedinte, eu me suicido. (Ato contínuo, navalha desfolhada, o “maluco” levou-a à goela, em exibição teatral).

– Pelo amor de Deus, espere um pouco, atalhou o jornalista.

Saindo dali. Marrocos contratou seus serviços profissionais no Colégio Abílio César Borges, recebendo adiantamentos destinados à passagem do indesejável importuno. E por lá (pela Bahia), ficou alguns meses, satisfeito de ter cortado a corda do pescoço ao pseudo-enforcado... ”

Ao que Azarias Sobreira ajunta este comentário:

“Narrado por Vicente Roque, homem de bem, memória invejável e caráter seguro, o episódio acima as-

sume um valor incomparável, como documento de primeira ordem para a definição dos sentimentos, que sempre animaram o peito de José Marrocos, cuja reputação sem nódoa, 44 anos após o seu sepultamento, espíritos desaviados procuram inutilmente cobrir de opróbio.

Atos de tão impressionante renúncia, em bem do próximo, quase inteiramente os desconhece a nossa época, e sempre constituíram eloqüente revelação de grandeza d'alma, mais própria dos santos que de simples mortais. Marrocos, contudo, a fim de evitar o suicídio de um irresponsável, de boa mente interrompe sua viagem de regresso ao Ceará, e fica durante meses na terra estranha, feliz no seu exílio". [1956: 34-35].

* * *

Havendo regressado ao Crato, neste último quartel de sua existência, Marrocos se concentra mais particularmente nas lides de sua vocação de educador, sem abandonar sua inclinação de jornalista, tanto que atuou no *A Vanguarda*, no Crato, no *Jornal do Cariri*, em Barbalha, etc. Dividindo-se entre o Crato, Juazeiro e Barbalha na multiplicidade de atuação, difundindo escolas, gabinetes de leitura, etc. É, no entanto, em sua terra natal que reassume seu destino como dirigente e professor do Colégio Cratense, do qual, num culto de reconhecimento, José Marrocos muda em setembro de 1887 sua denominação para *Colégio Venerável Ibiapina*, e que voltara a superintender numa fase de sua maior florescência, de onde saíram dentre seus alunos alguns que se projetaram no cenário cultural: José Carvalho, Fernandes Távora etc. Sua vida voltará a se agitar a partir da ocorrência dos *milagres* de Juazeiro, em 6 de março de 1889, quando se envolve lealmente na defesa do Padre Cícero e por sua crença na autenticidade e sobrenaturalidade do fenômeno. Desenvolve então intensa atividade jornalística, divulgando na imprensa nacional e estrangeira a fundamentação dessa crença que manteve até o fim de sua vida. Posteriormente, após os decretos do Vaticano e da Inquisição que submeteram o padre Cícero ao silêncio, as lutas políticas e as transformações sociais nos desdobramentos da questão religiosa esta-

beleceram o confronto entre Crato e Juazeiro, quando este reivindica sua ascensão à categoria de vila e luta por sua emancipação de Crato, combate que ao final da primeira década do século passado se exprimiu, sobretudo, mediante o enfrentamento de *O Rebate*, jornal fundado em Juazeiro pelo Padre Alencar Peixoto, com o *Correio do Cariri*, jornal do chefe político cratense, Coronel Antonio Luís Alves Pequeno. No final de 1909, a instâncias do Padre Cícero que desejava tanto sua ajuda para expandir o nível educacional dos jovens quanto o seu equilíbrio ponderado junto à atuação veemente de Alencar Peixoto, Marrocos passa a residir em Juazeiro.

Sem negar a relevância dessas lutas políticas, quero ressaltar para concluir, trazendo alguns depoimentos significativos particularmente sobre o educador e humanista erudito que foi José Marrocos. Retomo, pois, de Irineu Pinheiro, relacionado politicamente e por parentesco com o coronel Alves Pequeno, um testemunho pitoresco das atitudes pedagógicas de Marrocos: “Certo dia, Carolino [*Sucupira*], para acabar mais depressa, cantou a oração, numa música ligeira. Ouviu-a calado José Marrocos, mas, ao terminar o cantor, disse-lhe calmamente o professor: – *Agora cante outra ladainha, que eu não gosto de ladainha de comboieiro*. E Carolino não teve outro jeito senão entoar nova ladainha, na música habitual. (...). Era José Marrocos excelente professor. Frequentei-lhe o colégio e observei ter ele certo modo de ensinar as cousas, que a gente nunca mais esquecia. Uma vez um de seus alunos escreveu a preposição **sem** com **c**. Corrigiu Marrocos: – *Seu José, se alguém chamar-lhe sem-vergonha, você pergunte se é com c ou com s. Se for com c, agradeça porque é sinal de que você tem muitas vergonhas. Se, porém, for com s, exija satisfações*. A outro menino que indagou se o nome de mulher era Rebeca ou Rabeca, ele retrucou: – *O nome de mulher é Rebeca. Rabeca é o nome do instrumento musical. Antes esse fosse rebeca porque a primeira sílaba é uma nota de música. Mas, assim não é*. Nos plásticos cérebros infantis gravaram-se essas lições, que perduram por toda vida.” [1963: 130].

Enfim, vários anos depois daquela carta de 1910 comunicando-lhe sua ordenação sacerdotal, o mesmo monge beneditino, que se tornara Prior do Mosteiro de S. Bento no Rio, responde à consulta do Padre Azarias Sobreira com este testemunho:

Mosteiro de São Bento, Rio, 30 de setembro de 1955.

Mui prezado Padre Azarias,

Recebi sua estimada cartinha de 17 deste mês. Agradeço-lhe os conceitos nela expressos a respeito de meu trabalho publicado na Revista do Instituto do Ceará, de 1951, trabalho esse relativo ao antigo mosteiro de Santa Cruz da Serra do Estêvão.

De seus trabalhos tenho lido e apreciado alguns (...).

*Agora, quanto a José Marrocos, **quais as impressões que dele colhi durante a minha permanência em Barbalha, como educador, homem da sociedade, cidadão particular, católico, etc.?** A isso devo dizer que, durante os quatro anos e pouco que passei em Barbalha (1897-1902), vim a conhecer o Marrocos como professor num curso noturno do Gabinete de Leitura, do qual eu era aluno.*

Como educador, a meu ver, era exemplar pela sua bondade, dedicação e interesse que tomava pelo aproveitamento dos alunos. Era para nós um prazer assistir às suas aulas. Interessava-se por cada aluno em particular. De porte austero, era de coração boníssimo, por isso amadíssimo de todos nós.

Como homem de sociedade, sempre notei ser ele tido em grande consideração, pelos seus dotes intelectuais e morais, pelas melhores famílias de Barbalha.

Como cidadão particular, era caridoso, de porte digno e austero, mas afável e de moral ilibada, apesar de solteirão. Como católico, era católico convicto e de grande fé: não faltava à missa aos domingos e dias santos, tinha particular devoção à paixão do Senhor.

Eis, meu caro Pe. Azarias, as minhas impressões desse grande educador, jornalista e intelectual que foi Marrocos durante os quatro anos em que fui seu aluno. E essa minha impressão julgo ter sido a de todos os meus colegas daquele tempo (...). Este meu testemunho concorda com o que dele escreveu o Barão de Studart no seu

Dicionário Bio-Bibliográfico, volume II, pág. 131, edição de 1913, que o Sr. deve conhecer. Pode fazer uso do que acima afirmei de Marrocos, se julgar conveniente.

Dom Joaquim Granjeiro Luna, O.S.B.” [1956: 37-38].



Alunos de **JOSÉ MARROCOS** lhe prestam homenagem em seu velório.

Serei breve para concluir minhas considerações desta fase final da vida de José Marrocos, visto que a ampla bibliografia sobre Padre Cícero se detém particularmente nos fastos desse intenso momento histórico do Cariri.

Tendo-se transferido para o Juazeiro, Marrocos percebia na agitação do período que sua perspectiva ainda centrada na questão religiosa deslizava célere para o território político onde dominava a luta por sua emancipação; manteve, porém, sua atividade educacional tanto no colégio PEDAGÓGICO ou PEDAGÓGICO quanto na criação da *Sociedade Beneficência Pública*. Essa instituição para a qual investia todo seu empenho o levou a mobilizar a ajuda de vários colaboradores nos preparativos para tornar mais significativamente festiva sua inauguração, para tanto convocou grande reunião social desse evento para o dia 15 de agosto de 1910, data consagrada à Assunção de Nossa Senhora. Dois dias antes, perfeitamente saudável, mantém os contatos preparativos. Contudo, no dia seguinte despertou passando mal, mesmo

assim vestiu-se para ir à missa e ainda cuidou da decoração da sala do colégio onde se daria a reunião; à tarde, deitado numa rede numa dependência do colégio, teve longa conversação com Padre Cícero e, de repente, de modo intempestivo entrou em agonia, parou de respirar e morreu: eram 13:30h do dia 14 de agosto de 1910. A notícia se espalha e com ela imensa comoção coletiva paralisou a atividade normal da cidade. Como o Dr. Floro Bartolomeu o tinha consultado, vozes foram erguidas de suspeição de que este o teria envenenado para afastar sua influência sobre Padre Cícero. O jornal *O Rebate* dedicou toda sua edição do dia 21 de Agosto às intensas manifestações de apreço no enterro de José Marrocos, inclusive a descrição pormenorizada do ritual fúnebre de que participaram especialmente os Padres Cícero Romão Batista e Alencar Peixoto; à beira de seu túmulo este proferiu um dos mais expressivos necrológios de seu antigo mestre. Boa parte desse material foi reproduzida por meu caro amigo, Renato Casimiro, em seu discurso de posse como membro do Instituto Cultura Vale Caririense, na cadeira 31 cujo patrono é José Joaquim Telles Marrocos, e que foi publicado em seu *Boletim* [n. 12, 1985: 119-127]. Nesse seu texto, o professor Renato Casimiro extrai dos relatos de *O Rebate* esta indagação que faz refletir sobre o nível do legado pedagógico de José Marrocos: «*Impressionou-me, sobremaneira, que em memória do seu velho professor alguns dos seus alunos tenham ocupado as páginas daquele periódico para homenageá-lo, em orações fúnebres escritas em francês, latim e grego. Que geração era esta, de um modesto PEDAGÓGICO, na então miserável vila do Juazeiro?* » [*Ibid.*, p. 120].

Padre Alencar Peixoto apesar da ruptura para com o Padre Cícero, abandonando o Juazeiro e publicando, em 1913, um dos livros mais virulentos contra tudo pelo qual antes batalhou (*Joazeiro do Cariry*), mais tarde, já idoso, publicou espontaneamente bela retratação daquilo que ali afirmara. Quero, porém, destacar outro belo gesto do Padre Alencar Peixoto: quarenta e seis anos após a morte de José Marrocos, aproveitando trechos do tocante necrológio que pronunciara ao pé do túmulo do professor, enviou de Goiás um depoimento sincero e forte sobre a sua figura e seu legado, cujo texto foi transcrito pelo jornal *O POVO* de Fortaleza, no dia 24 de agosto de 1956, de que destaco os seguintes trechos por seu valor documental e testemunhal:

Que homem!...

Mas, um homem que os raios da divina graça fundiram atlético. Um homem que, dos abismos e das sombras da natureza, fazia escordar a vida e a luz. Um homem que em quem vibravam todas as grandes forças do coração. (...).

Cada linha de sua vida, um poema de ensinamentos grandiosos; cada face de seu vulto amorável, um mundo de insignes valores, por onde se moldavam a inteligência, a vontade, o amor, a dedicação, a paciência, a piedade, grandezas e virtudes excepcionais. (...).

Católico profundamente versado em teologia e direito canônico, como nenhum padre brasileiro de seu tempo; cristão prático; despido de respeito humano; intransigente fustigador dos fariseus em fato de religião... (...).

Espírito sequioso de equidade empenhou-se, com todos os fogos e arestas de sua alma de eleito, em extinguir a escravidão de nossos irmãos no Ceará, correspondendo dessarte aos anseios de um povo livre. (...).

Compreendeu ele perfeitamente que ensinar é dominar o mal da ignorância, é desbravar o futuro da Pátria, é trabalhar pela dilatação de um povo; que a dilatação de um povo, como disse Victor Hugo, mede-se pelo raio de luz que dele se desprende através da instrução, focalizando o direito, que é a fórmula científica da fisiologia social.

Poliglota, sabia dez idiomas, sendo-lhe os mais familiares o latino, o francês, o italiano, o espanhol e o inglês, língua esta que, como dizia ele, em futuro não muito remoto, seria a única língua articulada por todos os povos do mundo.

*Jornalista de pulso, aí estão os seus aprimorados artigos publicados em vários jornais do país e do estrangeiro, alguns dos quais de criação sua, como **A Voz da Religião no Cariri**, **O Libertador** (em Fortaleza), o **Jornal do Cariri** (em Barbalha), etc. (...).*

*Historiador, escreveu duas grandes obras: **Apostamentos para a História do Cariri e A Questão Religiosa do Juazeiro**, obras estas inéditas, constando a primeira de três volumes, e a segunda de um grande volume, teologicamente discutido à luz dos grandes luminares da Igreja, como St. Tomás e Suárez.*

Ao tempo da luta pela emancipação do Juazeiro, sobretudo pelas páginas de *O Rebate* [V. em especial a edição de 11/12/1910, p. 3], Alencar Peixoto, não só arrola estas e outras obras constantes do acervo particular de José Marrocos, como ainda denuncia veemente, com todas as letras, o Dr. Raul de Sousa Carvalho, juiz substituto no Crato, de haver furtado criminosamente todos os documentos do professor, entregando-os ao seu chefe e parente Cel. Antonio Luís Alves Pequeno, que o teria repassado a Irineu Pinheiro. Tais suspeições graves levantadas com denodo pelo Padre Alencar Peixoto jamais foram negadas e só a História confirmará ou silenciará sobre seu fundamento e as imposturas de seus desdobramentos...⁵

Sem pretender extrair conclusão de tudo quanto foi dito, assinalo a exigência, que a figura e o legado de José Marrocos impõem aos pesquisadores da História da Educação e da Cultura no país, de enfrentarem o desafio de sua reconstrução.

Fortaleza, 30 de setembro de 2011 – 13 de abril de 2012.

⁵ Cito só mais um exemplo desse avanço criminoso contra a memória de José Marrocos. No final de seu discurso, referido mais acima, o professor Renato Casimiro junta esta nota de protesto: «Não temos nenhuma explicação para o fato de que, onde até então era o túmulo de José Joaquim Telles Marrocos, no cemitério de Juazeiro do Norte, esteja construído o jazigo da família de José de Matos Franca, nascido em 22/05/1906 e ali sepultado em 17/05/1983. Não se tem conhecimento se seus restos mortais teriam sido exumados naquela oportunidade. Fica, aqui, registrada a nossa indignação diante do pouco caso em torno da memória de José Marrocos».

Bibliografia de algumas fontes consultadas

ANSELMO, Otacílio:

1968 *Padre Cícero, Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

ARAÚJO, Padre Antonio Gomes de:

1956 *Apostolado do Embuste*. Crato: Edições Itaytera / Tip. Imperial. [Opúsculo tirado de *Itaytera*, II, 1956: 3-63].

BARTHOLOMEU, Dr. Floro:

1923 *Joazeiro e o Padre Cícero* (Depoimento para a História). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

CARVALHO, Raul de Sousa:

1961 «Um Capítulo Inédito sobre o Padre Cícero», *O POVO*, 22 de Julho, p. 20.

CASIMIRO, Antonio Renato Soares de:

1985 «José Marrocos: um civilizador do Cariri», *Boletim do Instituto Cultural Vale Caririense*, Juazeiro do Norte, p. 119-127.

DELLA CAVA. Ralph:

1970 *Miracle at Joazeiro*. New York and London: Columbia University Press. [*Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976].

1975 «Messianismo Brasileiro e Instituições Nacionais: uma reavaliação de Canudos e Juazeiro», *Revista de Ciências Sociais* (UFC), Fortaleza, vol. VI, n.º 1/2, p. 121-139. [Tradução de Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes].

DINIS, M.:

1935 *Mistérios do Joazeiro*. Historia completa do Padre Cícero Romão Batista do Joazeiro do Ceará. Joazeiro: Tipografia do *O Joazeiro*.

DUARTE, Sebastião Moreira:

2010 *Padre Inacio Rolim, ontem e hoje*. Duas falas sertanejas. São Luís: Sotaque Norte Editora.

FALCÃO, Marlio Fábio Pelosi:

2005 *Dicionário Toponímico, Histórico e Geográfico do Nordeste*.
Fortaleza: Art laser.

FARIAS, Alberto:

2008 *O Pe. Cícero e a Invenção do Juazeiro*, 2ª. ed. Fortaleza: Pouchain Ramos.

FEITOSA, Pe. Antonio:

1983 *Falta um Defensor para o Padre Cícero*. São Paulo: Edições Loyola.

FEITOSA, Pe. Neri:

2011 *Padre Cícero e o Juazeiro*. Textos reunidos. Fortaleza: Editora IMEPH.

FIGUEIREDO FILHO, José Alves de:

1964 *História do Cariri*, vols. I e II. Crato: Faculdade Filosofia do Crato – Departamento de Geografia e História.

1966 *História do Cariri*, vols. III e IV. Crato: Faculdade Filosofia do Crato – Departamento de Geografia e História.

GIRÃO, Raimundo:

1984 *A Abolição no Ceará*, 3ª. ed. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará.

LIRA NETO:

2009 *Padre Cícero – Poder, Fé e Guerra no Sertão*. São Paulo: Cia. das Letras.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström:

1956? *Juazeiro do Padre Cícero*, 3ª. ed. (Obra premiada pela Academia Brasileira). São Paulo: Edições Melhoramentos.

MACEDO, Joaryvar:

1986 «Influência de Soriano Albuquerque na Cultura e nas Letras Cariarienses», *Rev. do Inst. do Ceará*, t. C, p. 137-140.

MACHADO, Paulo:

2011 *A Marcha da Insurreição*. Joazeiro do Cariry 1907-1911. Salto, SP: Editora Schoba.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola:

2008 *A Pedagogia Feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina*. Fortaleza: Edições UFC.

MARIZ, Celso:

1985 «Padre Rolim» in *Cidades e Homens*. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, p. 91-97.

MENEZES, E. Diatahy B. de:

1998 «Pe. Ibiapina: figura matricial do Catolicismo Sertanejo de Nordeste do século XIX», *Rev. do Inst. do Ceará*, t. CXII, p. 73-98.

MENEZES, Fátima:

1998 *Padre Cícero: Do milagre à farsa do julgamento*. Recife: Bagaço.

MONTENEGRO, Abelardo F.:

1973 *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza: Ed. Henriqueta Galeno.
1977 *Soriano Albuquerque, Um Pioneiro da Sociologia no Brasil*, 2ª ed. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC).

NABUCO, Joaquim:

1977 *O Abolicionismo*, 4ª edição. Introdução de Gilberto Freyre. Petrópolis: Vozes / Brasília: INL.

NASCIMENTO, F. S.:

2000 *Mártires da Religiosidade Popular: 1. José Marrocos / 2. Maria de Araújo*. Fortaleza: Imprensa Universitária – UFC.

PEIXOTO, Alencar:

1913 *Joazeiro do Cariry*. Fortaleza: S/ed.

PINHEIRO, Irineu:

1938 *O Joazeiro do Padre Cícero e a Revolução de 1914*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores.

1950? *O Cariri – seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: S/ed.

1963 *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

QUINDERÉ, Mons. José:

1948 *Dom Joaquim José Vieira*. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará.

SALES, Antônio:

1945 «História da Literatura Cearense», in GIRÃO, Raimundo e MARTINS FILHO, A. *O Ceará*, 2ª. ed. Fortaleza: Ed. Fortaleza, p. 177-186.

SILVA, Antenor de Andrade:

1989 *Padre Cícero, mais documentos para sua história*. Salvador: Escolas Profissionais Salesianas.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira:

2002 *A História da Escravidão no Ceará (Das origens à extinção)*. Fortaleza: Instituto do Ceará.

SOBREIRA, Pe. Azarias:

1956 *Em Defesa de um Abolicionista*. (Resposta ao *Apostolado do Embuste*). Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele.

1969 *O Patriarca de Juazeiro*. Petrópolis: VOZES.

2006 *O Primeiro Bispo do Crato: Dom Quintino*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

STUDART, Dr. Guilherme (Barão de –):

1910 *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Volume Primeiro. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor.

1913 *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Volume Segundo. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor.

1915 *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense*. Volume Terceiro. Fortaleza: Typo-Lithographia a Vapor.

THEOPHILO, Rodolpho:

1969 *A Sedição do Juazeiro*, 2ª. ed. Fortaleza: Editora Terra de Sol.

WALKER, Daniel:

2010 *História da Independência de Juazeiro do Norte*. Juazeiro do Norte: HB Editora.

APÊNDICES

JOSÉ MARROCOS

Transcrito do Jornal «O POVO» de 24/8/56

Padre Alencar Peixoto

Que homem! Mas, um homem que os raios da divina graça ludiram atleticamente. Um homem que, dos abismos e das sombras da natureza, fazia recordar a vida e a luz. Um homem que em quem vibraram todas as grandes forças do coração. Um homem que, pela sua magia sifonica do amor e da dor, escalou trecho de seiva as increspaduras alucinantes canhoal da vida, e afinava pelas conspâncias do céu a psque do mundo!

Cada linha de sua vida, um poema de ensinamentos grandiosos; cada face de seu vulto amovavel, um mundo de insignes valores, por onde se moldavam a intelligencia, a vontade, o amor, a dedicacão, a paciencia, a piedade, grandezas e virtudes excepcionais.

Que lição, por exemplo, que força de vontade, que amor em ação e paixão pelo bem, que cerebração possante, que lidimas aspirações, as suas, visando, em tudo por tudo, a gloria divina triunfante sobre o abismo!

Catolico profundamente versado em teologia e direito canonico, como nenhum padre brasileiro do seu tempo; cristão pratico, despido de respeito humano; intransigente lustigador dos fari-seus em fato de religião, nunca se correu de publicamente axaltar a sua fé; nunca se envergonhou de confessar o seu Deus: QUI ME CONFESSUS FUE- RIT CORAM HUMANIBUS CONFITE- BOR ET EGO EUM CORAM PETRI- MEO.

Tanto em público como na vida privada, o Evangelho foi sempre o paradigma de sua conduta, e a norma hierar- tica de seus multiplos que fazeres, a origem de suas aspirações.

Vivendo em sociedade e na socie- dade, conservou-se sempre modesto, des- prenticioso, humilde, sem se deixar le- var pelos ouropels da grandexa humana, titulos que se revogam, condecorações que se dispensam todas as noites. Por isso tornou-se a edificacão de todos os seus amigos e coeterraneos, que muito e muito admiravam, por mais que ele procurasse occultar a prodigalidade dessa poesia do coração: a caridade que se es- tendia a todos sem distincão!

Espirito requioso de equidade em- penhou-se, com todos os loges e arestas de sua alma de eleito, em extinguir a escravidão de nossos irmãos no Ceará, correspondendo dessarte aos anseios de um povo livre.

Bem sabemos que essa obra tão grandiosa foi resultado de multiplos es- forcos conjugados: não desconhecemos, absolutamente, os relevantissimos servi- cos que a tão santa causa, prestaram a obnegação e o talento de outros cearen-

ses illustres que fizeram, como ele, pro- paganda pela imprensa, pela tribuna, pe- lo livro; mas, ao contemplarmos esse marco brilhante de nossa civilizacão, ve- eacmalhando o vertice da piramide, a firma é o coração de José Joaquim Te- les Marrocos. Compreendeu, como o seu grande admirador Oliveira Sobrinho, que "a intelligencia sem luz é talqualmente a pedra sem lapidário, a luta sem ideal a ambição sem nobreza; é a instrucção sem liberdade, a liberdade sem lei, a lei sem vida, a vida sem amor, o amor sem creença, a creença sem Deus"... Compre- endeu ele perfeitamente, que ensinar e dominar o mal da ignorancia é desbravar o futuro da Pátria; é trabalhar pela di- latacão de um povo; que a dilatacão de um povo, como disse Victor Hugo, me- de-se pelo raio de luz que dele se des- prende através da instrucção, focalizando o direito que é a formula cientifica da fisiologia social.

Poliglota, sabia dez idiomas, sendo- lhes os mais familiares o latiuo, o fran- cês, o italiano, o espanhol e o inglês, lin- gua esta que, como dizia ele, em futuro não muito remoto, seria a única lingua articulada por todos os povos do mundo. Jornalista de pulso, ai estão os seus a- primorados artigos publicados em vários jornais do pais e do estrangeiro, alguns dos quais de criacão sua, como A Voz da Religião no Cariri, O Libertador, em Fortaleza, o Jornal do Cariri, em Braba- lha, etc.

Cristologo, por ai pátram os seus magistraes escritos proligrando erros, elucidando e mostrando as veridades fun- damentais da nossa religião com tal co- nexão nas provas, tal solidez nos prin- cipios, tal precisão no estilo, tal regula- ridade no metodo, tal vastidão no co- nhecimento, das matérias, tal instimati- va na impugnação dos argumentos con- trarios, que admira ver tão eminentes predicados em um só sujeito!

Historiador, escreveu duas grandes obras: Apontamentos para a Historia do Cariri e A Questão Religiosa de Juazeiro, obras estas ineditas, constando a primeira de três volumes, e a segunda de um grande volume, teologicamente dis- cutido á luz dos grandes luminares da Igreja, com S. Tomaz e Suarez.

Trovador benemérito da campanha do bem, ainda não cansado de tantos serviços prestados a causa da Religião, da Pátria, e da humanidade, deixando a lendaria cidade do Crato, sua cidade na- tal, transportou-se para Juazeiro do Nor- te, e ali fundou o PEDAGOGICO onde distribuiu o pábulos salutar da instrucção. Tratava do festival da inauguracão da Beneficencia Pública, quando faleceu inesperadamente. (De Goiaz, 1956)

Divulgacão do gremio Literario «José Marrocos» do Instituto «24 de Março» da Sociedade Padre Cicero—Juazeiro do Norte—Ceará

**DEPOIMENTO E CONSIDERAÇÕES DO PROFESSOR JOSÉ JOAQUIM TELES
MARROCOS ATESTANDO A VERACIDADE DOS SUPOSTOS MILAGRES DO
JUAZEIRO**

Cidade do Crato, 12 de outubro de 1891.

Revdm. Sr. Comissário.

Noblisse oblige

A distinta notificação que, da arte de V. Sra. Revdma., me trouxe o Revdm. Sr. Dr. Francisco Ferrelra Antero, digno Secretário da Comissão que pelo Exmo. Sr. Bispo Diocesano veio verificar os fatos extraordinários ocorridos no humilde povoado de Juazeiro, eu devo singela e sincera exhibição da verdade tal qual se pode dizê-lo perante Deus e com sua graça sustentá-la no tribunal dos homens.

Mas o depoimento que venho perpetuar nestas linhas, nada tem de singular — é apenas mais uma voz que no côro geral de tôdas as vozes e no concôrto comum de tôdas as harmonias vem afirmar que sabe e que viu mesmo na Igreja de Juazeiro a hóstia sacramental da comunhão de Maria de Araújo transformar-se em sangue tão natural como o produto vivo de um corpo vivente. Este fato maravilhoso, extraordinário, sobrenatural, divino (como quer que a Santa Igreja venha qualificá-lo ou defini-lo) que V. Sra. Revdma. mesmo teve-o várias vezes sob a inspeção vigilante de seus sentidos e sob a visão intelectual de sua alma, não é novo e nem data de hoje.

Há três anos, mais ou menos, que Ele agita em derredor de si a atenção de todos, a curiosidade do homem vulgar e a investigação do homem curioso, a objeção do céptico e o exame da ciência, as homenagens francas e expansivas da boa vontade, as reservas intencionais e tépidas do cálculo e sobretudo a aprovação do que duvida e a aprovação do que crê; que ambos exigiram o milagre nu, um para que pudesse crer e o outro para que pudesse afirmar sua crença. Assim, pois, nenhuma dúvida sobre sua existência — que viram não uma, senão muitas vezes e afirmaram-no sob a palavra da consciência e a fé do juramento centenas e milhares de testemunhas, quando segundo a lei e o direito bastava para fazer a prova plena o depoimento de duas testemunhas de vista. Qual seja, pois, sua causa eficiente e sua procedência, revelam-no circunstâncias e fatos de ordem superior que levaram de vencida contradição e contrariedades humanas. Assim é que — I) Sua publicidade realizou-se a despeito de tôdas as reservas e todo o sigilo com que o sacerdote, a quem Deus confiara o extraordinário fato, recebia e mantinha suas primeiras manifestações. Era o seu *thesaurus absconditus in agro*, e a mim mesmo, a quem constituíam seu amigo mais próximo os laços de sangue, as relações desde a infância, o coleguismo dos bancos escolares estreitados pela vizinhança de nossas moradas, a perda de nossos pais, a dor e o infortúnio de nossa vida no mesmo tempo, e a circunstância de nunca trocarmos uma palavra que desafinasse a harmonia de nossos sentimentos, quando vezes pensamos e discutimos em divergência de opiniões — confesso — doeu-me a sua reserva e o seu segredo, quando já rumorejava lá fora e avolumava-se com toda a acentuação da verdade a história da miraculosa transformação da sagrada forma em sangue. Mas como *non est sapientia, non est prudentia, non est consilius contra Dominum*, o segredo que se subtraha às confidências da velha amizade, lá escapava, não sei como, tornara-se uma revelação que repercutia ao longe e de longe traziaromeiros que chegavam ao Juazeiro perguntando onde estava o Precioso Sangue que tinham vindo adorar.

Já o «Diário do Comércio», da Côte, em 19 de agosto de 1889, dizia: «A princípio entendera dever o Padre Cicero ocultar quanto acontecia» — e o «Diário de Pernambuco», de 29 do mesmo mês e ano afirmava por sua vez que, «não obstante o Padre Cicero ter guardado toda a reserva sobre tão merífico acontecimento, contudo foi ele sempre de alguma sorte divulgado pelas pessoas contemporâneas à mesa da comunhão e que dele foram testemunhas presenciais. Mas a manifestação devia ainda ser mais completa, e no dia 7 de julho, quando a Igreja de Juazeiro cobria-se de gala e esplendores para celebrar a festa do Precioso Sangue repetiu-se o prodígio à face e à vista de um numeroso concurso que lá fôra assistir a festa.

Não foi possível, pois, guardar mais reserva, nem revelar o mistério. Bastava com efeito! O homem pôs mas Deus dispôs.

II) Se a publicidade do maravilhoso fato estabeleceu-se apesar dos pesares, o culto que era e é a solene afirmação e reconhecimento público de sua existência, também teve por si um poder superior que pisou por cima de duas forças invencíveis neste mundo: o poder da autoridade que manda e a submissão do súdito que obedece.

É sabido que o Exmo. e Revdmo. Sr. Bispo Diocesano, D. Joaquim José Vieira, mandou ao Revdmo. Pe. Cicero Romão Batista que «proibisse qualquer culto a este sangue». Em obediência, ele retirou da capela do SS. Sacramento a caixa de vidro que continha os corporais, os sangüinhos, as toalhas que o tinham recebido da Hóstia Sacramental. Mas logo após lá veio à mesa da comunhão a mesma miraculosa transformação e com tanta virtude que de uma Partícula única correu tanto sangue que chegou a cair em terra, não obstante todas as precauções do sacerdote. Se um dia perante numeroso concurso do povo, a quem não se pôde ocultar, realiza-se assim a miraculosa transformação, ministrando o Padre Cicero a comunhão à Marla de Araújo — no outro dia não é mais com ele que se verifica a mesma manifestação do poder de Deus — mas com o mesmo senhor Comissário do Prelado Diocesano, qualquer que fôsse o lugar, o dia e a hora que V. Revdmo. mesmo administrasse a comunhão à humilde religiosa e qualquer que fôsse também o ilimitado concurso testemunhal e a prova exigente e rigorosa da ciência. Através, pois, de contrariedade e contradições, o miraculoso fato evidenciou-se o que era — indestrutível e invencível. Ainda essa vez o homem pôs mas Deus dispôs.

O sangue que se retirou da capela do SS. Sacramento, que se ocultou da vista e da reverência do povo, começou de novo a aparecer todos os dias na Hóstia Sacramental e assim parecia dizer aos fiéis: *Ecee ego vobiscum sum omnibus diebus*. Que fazer agora? Onde esconder o Precioso Sangue? E se a Hóstia Sacramental vertendo sangue e água reproduzia o Sangue e a Água do Divino Coração, para que ainda uma vez e perante V. Sra. Revdmo., Senhor Comissário Diocesano, tomar ela a forma de coração? Jesus Cristo, que é a mesma verdade, nunca fez e nem faz milagres senão em confirmação da verdade e os que V. Sra. Revdmo. no Juazeiro e no Crato ouviu com toda atenção, com efeito são testemunhos tão incontestáveis que constituem esse gênero de provas, que nem os homens, nem os próprios diabos podem destruir, porque vêm de Deus e é de Deus. Impossível, porém, Revdmo. Senhor, lhe foi o trabalho, de registrá-lo todos. Pela sua notoriedade e pelo seu número sempre crescente é que nunca cessaram um só instante as promessas e os votos a esse sangue que chamam e creem Precioso. É verdade também que nunca cessaram um só instante os milagres que lhe foram pedidos. Doentes de toda enfermidade, paralíticos, loucos, cegos e sobretudo pecadores em grande número têm voltado ao doce gozo das ocupações da vida, do movimento, da inteligência, da luz e da graça. E assim tornou-se inevitável o culto em satisfação do voto feito aqui e ali, aquém, além, em vários pontos de diferentes Diocese. Era e é de imprescindível dever de consciência que a criatura favorecida não pode deixar de ser agradecida pela graça que pediu e recebeu. A proibição Diocesana desapareceu, pois, de todo, e, consultou-se mesmo diante desse poder que Pisa por cima de duas forças invencíveis deste mundo — o poder da autoridade que manda e a submissão do súdito que obedece.

III) Se a publicidade do milagroso fato se fez contra a vontade humana, se o reconhecimento solene de sua existência teve por si um poder superior e invencível — a qualidade do culto, que se lhe tributou revela, publicamente, e afirma que sangue é este que continua a dar saúde ao enfermo, movimento ao paralytico, intelligência ao louco, luz ao cego, graça ao peccador. Cumpre notá-lo. Dois fatos extraordinários, dois grandes testemunhos de sangue se deixam em Juazeiro: a estigmatização de Maria de Araújo e a transformação da Hóstia Sacramental em sangue. Um e outro tiveram por espectadores e testemunhas autoridades eclesiásticas, como V. Sia. Revdma. e seu digno Secretário, bacharéis em direito, centenas e milhares de pessoas de toda idade, posição, qualidade, condição. Um e outro produziram também seus efeitos que diferenciaram seu caráter com tanta exactidão, que cada um deu testemunho do que era e definiu-se por si mesmo de modo a não deixar dúvida. Com efeito, a estigmatização, foi sempre um espectáculo mais curioso, sempre teve mais que ver — mas aquella humilde serva de Deus deitada em pobre leito, com os braços abertos em forma de cruz, desenhada em sangue e coroada de espinhos ao redor de sua cabeça, e esse sangue a correr-lhe pelos olhos amortecidos e sobre a boca entreaberta e estuante de sêde, o peito arfando de mortal agonia, as mãos furadas e os pés borbulhando sangue — nunca pôde excitar na alma cristã de espectador senão um sentimento de admiração. Nunca vi ninguém calhar-lhe aos pés, beijar-lhe aquelas chagas, chorar a lágrima do arrependimento, pedir-lhe perdão de peccados e render-lhe qualquer culto, embora seus estigmas falassem com eloquência inexcedível dos crudelísimos martírios de Jesus. E que o sangue que d'elles dava ainda esse testemunho ao vivo, era humano, simplesmente humano e sua condição de humano não teve nem podia ocasionar mesmo um culto que não lhe era devido. Não assim o sangue que saía da Hóstia Sacramental: apenas manifestava-se, recebia immediatamente toda a reverência de latria. Entretanto, a transformação não apresentava o quadro comovente e doloroso da Paixão: realizava-se de modo simplíssimo, começando sempre pela face superior a purpurar-se de sangue e terminava, ora com sua forma circular, ora com a forma de coração como então eu mesmo vi. Mas a alma cristã do espectador nunca pôde ver esse sangue sem sentir-se penetrada de respeito e comovida até a efusão de lágrimas. Jamais ninguém passou por diante d'ele que não se genufletisse, que não beijasse o chão, que não orasse, e muitos tiravam o calçado, como Moisés, no lugar santo. Nunca houve romeiro que voltasse à terra de sua pátria, sem levar como reliquia de raro valor, uma fita ou um cadarço que tivesse tocado na caixa de vidro que contém as talhas, corporais sangüinhos, que receberam esse sangue da Hóstia Sacramental! E que milagres não se contam dessas fitas, e desses cadarços, que o povo chama de Medidas do Precioso Sangue?! O testemunho, pois, que a Hóstia Sacramental dá desse Precioso Sangue, em que se transforma, justifica o culto da latria que tem recebido, e robustece a fé de que esse sangue é divino, porque só Deus é que tem o poder e pode obrar milagres, e, além, disso, nas espécies sacramentais só existe e só pode existir o corpo, o sangue, a alma e a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Não estando, porém, de conformidade com esta doutrina e fé, a interlocutória decidiu que «o sangue aparecido nas sagradas formas não é, e nem pode ser o sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo», protesto desde já perante V. Sua. Revdma. Senhor Comissário Diocesano, pela apelação à Santa Sé na forma e no prazo da lei, e constituo meus advogados e procuradores ao Revdmo. Sr. Padre Cícero Romão Batista e ao Revdmo. Sr. Dr. Francisco Ferreira Antero, com plenos poderes para tudo o que fôr a bem do direito da mesma causa. E assim requeiro a V. Sua. Revdma. que se digne fazer junta aos autos o presente memorial que por deferência à notificação recebida tenho a honra de apresentar, como singela exibição da verdade tal qual posso dizer perante Deus e com sua graça sustentá-la no tribunal dos homens.

Deus guarde V. Sua. Revdma.
Ilmo. e Revdmo. Sr.
Padre Glicério da Costa Lôbo
Mto. Digno Comissário Diocesano
da Verificação dos fatos do Juazeiro.

JOSÉ JOAQUIM TELES MARROCOS.

Texto extraído de: Documentos sobre a Questão Religiosa do Juazeiro.
Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, tomo LXXV, 1961: 266-297.